

Política monetária

Voltando do FMI, Funaro examina opções para
Economia - Brasil

BRASILIENSE Brasília, domingo, 13 de outubro de 1985 21

pode mudar

ir a ordenar contas do Governo

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

"Não se deve dizer nem quando nem como se faz uma reforma monetária. Se faz simplesmente no momento adequado". A frase é de um integrante da equipe econômica que assessorou o ministro da Fazenda, Dilson Funaro. O Governo está satisfeito com a condução da política monetária, mas abre a possibilidade de alterações a curto prazo se os planos internos tiverem que ser alterados em função de desacordos na negociação com o Fundo Monetário International caso este resista às colocações em favor de maior autonomia nacional na condução da política econômica.

As evidências crescem no Ministério da Fazenda quanto a iminentes transformações estruturais na condução da política monetária. Está em fase de implantação uma nova secretaria dentro do Ministério, acoplada à Coordenadoria de Acompanhamento Financeiro, que terá por objetivo gerenciar a dívida pública. O Banco Central apenas executará as decisões em discussões que visam implantar uma alteração profunda na administração da dívida interna que deverá crescer aproximadamente 100 por cento.

"É imprescindível uma reforma financeira para ordenar as contas do Governo", admitiu o assessor ministerial. Por mais que esteja caminhando, com relativa tranquilidade a condução da política monetária, por intermédio de uma taxa de juros cadente nos dois últimos meses, graças ao acordo do Governo e banqueiros, nada garante que elas não voltem a pressionar. Basta apenas que as contas do Tesouro saiam um pouco do controle, devido a gastos compulsórios, e novamente a taxas podem pressionar como resulta ao aumento do risco, que ameaça a taxa de lucro.

Por exemplo, neste mês, aumentou a preocupação oficial com a necessidade de maior desembolso com a conta de trigo. A produção nacional extrapolou as previsões oficiais. O produto nacional é mais caro que o importado. O Governo precisará, portanto, gastar mais para fazer o estoque regulador. Despesa não prevista que pode pressionar a taxa de juros, porque haverá necessidade de colocação de mais títulos da dívida pública ou maior nível de emissão; não há condições de realizar cortes abruptos nos gastos na velocidade exigida pela pressão provocada pelo desembolso compulsório.

Também não existe garantias

seguras de que a taxa de juros interna continuará cadente se houver maiores complicações na negociação com o Fundo Monetário e os banqueiros. O Governo, destacou o assessor ministerial, pretende aumentar o nível das importações, para garantir o crescimento. Para tanto, precisará transferir para o mercado interno parte considerável do superávit da balança comercial. A demanda do mercado interno, por outro lado, somente se concretizará se o nível salarial aumentar, para aumentar o consumo. Caso surjam dificuldades para impedir a capitalização dos juros externos — porque a parte do superávit transferido ao mercado interno corresponderá ao não pagamento de parte dos juros da dívida externa que precisarão ser financiados —, os planos alimentados pela equipe econômica da Fazenda poderão encontrar sérias dificuldades para serem concretizados. Os riscos dos bancos para rolar a dívida interna continuará crescendo na medida que o superávit comercial pressionará a liquidez, gerando mais inflação e mais déficit, dado que este, pelo diagnóstico de Funaro, é basicamente financeiro.

"Por enquanto a situação correndo favoravelmente, não está dando maiores dores de cabeça.

Todos os leilões de papéis LTN e ORTN feitos desde a ascensão do ministro Funaro apresentaram taxas de juros favoráveis e cadentes. Até quando? Dependerá da negociação externa e interna. No plano interno, de um acerto satisfatório com a classe trabalhadora, para evitar reajustes capazes de pressionar os preços e da manutenção da colaboração dada pelo sistema financeiro na rolagem da dívida interna. No plano externo, de uma negociação do pagamento dos juros", ressalta o assessor ministerial.

Todas essas considerações, entretanto, admitem, não afasta a necessidade de reordenamento das finanças desorganizadas do Governo. Não será passível reduzir a dívida interna em 30 por cento no próximo ano sem uma negociação adequada do seu vencimento. A previsão é de que o ministro Funaro poderá propor uma negociação de aproximadamente 40 por cento da dívida em condições que imporão perdas a curto prazo ao sistema financeiro. Novos prazos deverão ser negociados para um volume significativo da dívida, que vence a curto prazo. E estuda-se ainda alterações de instrumentos como o da compra, que transforma em curto prazo vencimentos de longo prazo.